

Brasília deve ser município neutro

Há um consenso formado na bancada eleita por Brasília para a Constituinte de que a cidade deve ter eleições diretas para governador. E há, ainda, quem defenda a criação de uma Assembléia Legislativa e de Câmaras de Vereadores em todas as cidades-satélites.

A idéia é válida, sob o ponto de vista democrático, mas questionável do ângulo prático. Atualmente, o Orçamento do Distrito Federal cobre uma parte das despesas com o funcionalismo e com algumas obras, sendo que Segurança, Saúde e Educação são, no total de seus dispêndios, de responsabilidade do Governo Federal.

Ora, se um estado, como querem que Brasília o seja, não arrecada para viver, como poderá ter o seu Poder Legislativo constituído de tantas câmaras, se ele não poderá pagar a nenhuma delas?

Nesse caso, os legisladores não terão a independência necessária, mesmo porque a comunidade que defendem não paga impostos o suficiente para tanto.

A forma demagógica como está sendo posto o problema é a mais fácil de se defender, mas há que haver patriotismo e juízo por parte dos nossos parlamentares. O esbanjar, o gastar acima de suas posses, é que está trazendo para o nosso país o problema que hoje vivemos.

A representação popular é bela, é funcional, mas não pode ser gratuita. Dessa forma, seria impossível para a cidade possuir tantos legisladores sem arrecadar o necessário para pagá-los. O rombo seria feito em alguma parte. E de rombos estamos fartos.

Afinal, a melhor democracia não é a representativa. É a patriótica, onde cada um dá um pouco de si para o bem-estar da comunidade. A sangria dos cofres públicos para que se elejam mandatários políticos, nem sempre atentos — como devem — aos seus afazeres, é antes um desserviço à democracia.

Mas, como há opiniões contrárias à nossa, reproduzimos, abaixo, carta do deputado Jofran Frejat a propósito de outro comentário feito nesta coluna:

“Você sabe que sou leitor assíduo de sua coluna e que sempre encontrei nela posições corajosas e amadurecidas, independentemente da simpatia ou não que possam despertar. Contudo, no dia 14 último você assinala que o meu pronunciamento e de outro companheiro de bancada versou sobre o “o mais tolo assunto, que é a eleição para o Distrito Federal” e acrescenta: “Vale a pena a conscientização de que a eleição para a Assembléia não é para a constatação de assuntos corriqueiros e paroquiais, mas para uma Constituição”.

Embora não concorde, respeito a sua posição contrária à eleição direta para governador da Capital da República. A bandeira da eleição direta é um posicionamento de toda a bancada do Distrito Federal, suprapartidariamente. Rotulá-la de “assunto tolo” é classificar de tolo o desejo de todos os eleitores dos 11 constituintes aqui eleitos em 15 de novembro último.

De outra parte, estranha-me a sua posição de que ali não é local para tratar desse assunto, que no seu entender é corriqueiro e paroquial. A organização política e administrativa do Distrito Federal faz parte das Constituições brasileiras, no seu 1º Título (Organização Nacional), desde a instalação da República. Conseqüentemente, se eleitos fomos para representar o pensamento do povo da nossa Capital na elaboração de nova Carta Magna, e o assunto se refere a alteração constitucional, não há outro local mais apropriado, nem momento mais oportuno do que durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte”.